

O debate marxista sobre democracia em tempos neoliberais

Débora Cristina Goulart

Como citar: GOULART, D. C. O debate marxista sobre democracia em tempos neoliberais. *In:* DEL ROIO, M. (org.) **Trabalho, política e cultura em Gramsci: os 70 anos da morte de Gramsci.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. p. 143-146.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2007.978-85-60810-06-2.p143-146>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

O debate marxista sobre democracia em tempos neoliberais

Débora Cristina Goulart*

Apresentamos nesta exposição um breve debate entre autores brasileiros no campo marxista sobre a democracia como conquista dos movimentos sociais e o problematizamos com o advento do neoliberalismo no Brasil em início dos anos 90.

Os estudos sobre os movimentos sociais foram intensificados com o fim da ditadura militar, quando os movimentos urbanos e rurais estiveram à frente das lutas por novas formas de sociabilidade e na transformação das relações de poder com a reorganização das estruturas políticas direcionadas para a ação democrática e ampliação dos direitos sociais com pleno acesso aos espaços de definição coletiva das políticas sociais no campo e na cidade.

A década de 80 como um período de crescente mobilização política trouxe às Ciências Sociais a necessidade de análise das possibilidades e consolidação da democracia brasileira. No bojo dos debates acerca deste tema, apresentamos autores que dialogavam com o marxismo ao pensar este novo quadro.

A teoria do Estado marxista conquistou autoridade nas análises sobre a democracia no capitalismo, voltando-se, principalmente, para a dinâmica das relações de produção, das classes sociais e da esfera política do Estado.

Marx tratou em diversas obras,¹ com atenção aos escritos históricos,² ao papel histórico e significação do Estado no capitalismo. Marx evidencia a dinâmica histórica do Estado no capitalismo, atrelada às relações sociais de produção assentadas na exploração e apropriação do mais-valor e na propriedade privada dos meios de produção. O Estado afirma-se como um instrumento de dominação de classe mantido pela dinâmica social do capitalismo, porém apresenta-se como um "organismo" acima das classes, neutro e regulador da vida social.

Marx trata da emancipação política nas sociedades capitalistas, que eleva o trabalhador a cidadão, como homem livre, dispondo de si como igual nos contratos de venda da força de trabalho, porém, como está subtraído das condições reais de igualdade e liberdade, e estas não podem ser apresentadas claramente à sociedade, o Estado coloca-se como resultado das relações harmoniosas que se elevam da sociedade supostamente coesa.

Uma vez há, no capitalismo, a incapacidade de garantir o interesse geral, pelo caráter irreconciliável das classes, a democracia apresenta-se, através do direito burguês, como a forma política mais acabada da dominação burguesa.

* Doutoranda em Ciências Sociais – Unesp/FFC/Marília.

¹ É fundamental a contribuição de F. Engels na questão do Estado em Marx. Destacamos a obra: A origem da família, da propriedade privada e do Estado, em que Engels apresenta as condições de surgimento do Estado vinculadas ao conflito entre as classes sociais.

² Nos referimos às obras: O Dezoito de Brumário de Luis Bonaparte e A guerra civil na França.

A esse respeito, Lênin em *O Estado e a Revolução* reafirma a legalização e o fortalecimento de uma ordem capitalista que busca, através do Estado, obscurecer e diminuir o conflito entre as classes, e nesta ordem, a democracia burguesa “é sempre comprimida no quadro estreito da exploração capitalista e, por isso, permanece sempre, no fundo, uma democracia para a minoria”. (LÊNIN, 1987, 110)

Com formulações de base marxista, autores como Carlos Nelson Coutinho, Francisco Weffort, Caio Navarro de Toledo, Márcio B. Naves e Décio Saes,³ debateram posições divergentes sobre a democracia, a esquerda brasileira e a relação dos movimentos sociais com o Estado pós-ditadura militar.

São posições distintas que se apresentam – a primeira - defendida por Coutinho e Weffort, da democracia como um valor em si mesma e condição para a hegemonia popular em direção ao socialismo. E a segunda, apresenta-se como crítica à anterior, formuladas por Toledo, Naves e Saes, e considera a democracia no capitalismo como democracia burguesa e, portanto, limitada para os movimentos dos trabalhadores.

Na primeira vertente, há um caráter universal e permanente na democracia (COUTINHO, 1979) que se construiu em oposição aos interesses históricos da burguesia e constitui uma conquista e um passo em direção à consolidação de uma nova sociedade socialista.

As relações de produção no capitalismo do final do século XX, são consideradas, por ambos⁴ fator de impulso para a ampliação da democracia, pois, a reprodução capitalista leva grupos à atividade política na defesa de interesses específicos, a qual seria exercida pela garantia do pluralismo, da autonomia dos movimentos populares, da liberdade de organização e luta pela hegemonia como construção do consenso majoritário.

No Brasil, o conjunto das forças populares teria a tarefa histórica de reverter o caráter autoritário das relações da sociedade civil com o Estado (Ibidem, p. 42) ou como chama Weffort, o sistema dual brasileiro,⁵ portanto, a necessidade da construção de sujeitos políticos coletivos que realizem formas diretas de representação, articuladas aos mecanismos de representação formal tradicional, ampliando o grau de representatividade, o que levaria, com o pluralismo e a autonomia, a que os setores populares sejam os portadores da “hegemonia dos trabalhadores sobre o governo da sociedade como um todo” (Ibidem, p. 39), revertendo o pólo classista do Estado em favor da classe trabalhadora em direção ao socialismo.

Antes de apresentarmos os argumentos erigidos pela segunda vertente já citada, introduzimos uma questão contextual e ao mesmo tempo estrutural neste debate. Trata-se do advento do neoliberalismo no Brasil na década de 90 e que traz à tona a fragilidade da democracia como conquista por seu caráter institucional.

³ Os textos a que nos referimos são os seguintes, cronologicamente: Carlos Nelson Coutinho – A Democracia Como Valor Universal de 1979, Márcio B. Naves – Contribuição ao Debate sobre a Democracia de 1981, Francisco Weffort – Qual Democracia? de 1984, Caio Navarro de Toledo – A Modernidade Democrática da Esquerda: Adeus à Revolução? de 1994 e Décio Saes – Estado e Democracia: ensaios teóricos, de 1998.

⁴ Para Weffort (1994), a convivência cada vez mais imbricada e relacional entre mercado, Estado, democracia política e sociedade civil é condição para a sociedade moderna e para o pensamento socialista democrático. p. 150-152.

⁵ Consiste um regime político competitivo para os grupos economicamente dominantes e uma marginalidade sócio-política para os grupos pobres (Weffort, 1994).

Os “novos liberais”⁶ emergem em um contexto em que estão presentes um capitalismo financeiro, imperialista, permeado pela conquista do Estado democrático burguês, arejado pela participação política da classe trabalhadora e da consolidação do voto popular.

O neoliberalismo tem sua pedra de toque na obra de Friedrich Hayek, “O Caminho da Servidão”, alardeado pelo encontro de intelectuais e políticos na cidade de em Mont Pèlerin, na Suíça, em 1947⁷. A partir deste “manifesto”, o neoliberalismo ganhou adeptos divididos em três principais correntes (Moraes, 2001): a Escola Austríaca, de Ludwig Von Mises e Hayek; a Escola de Chicago, dentre eles, Theodoro W. Schultz, Gari Becker e Milton Friedman e a Escola da Virgínia ou public choic.⁸

Há, porém, um conjunto de preceitos comuns que congregam tais correntes. Destacaremos aqui a crença na ingovernabilidade da democracia e a convicção do mercado como depositário das liberdades individuais.

A sociedade, segundo os neoliberais, é um agregado de homens livres dispostos a realizar seus objetivos particulares através de trocas no mercado que é valorizado como lócus de contemplação do ser humano por proporcionar a produção, distribuição e consumo de bens de acordo com a vontade na compra e venda.

O Estado, no entanto, é o lócus da política, da decisão sobre a administração dos bens que não são lucrativos ao mercado e que são de utilidade coletiva. O jogo institucional, está circunscrito em oferecer à população apenas o que for, sem perigo de dúvida, objeto de interesse de todos os indivíduos.

As democracias modernas, segundo os neoliberais, tornam-se por esse motivo, lugar privilegiado de críticas por sua morosidade e impossibilidade de solucionar as questões mais relevantes de uma dada comunidade e este fato se dá por buscar insuflar no Estado tópicos que não devem ser de sua competência. Assim, “o grande mérito da doutrina liberal é ter reduzido a gama de questões que dependem de consenso a proporções adequadas a uma sociedade de homens livres” (HAYEK, 1987, p. 83)

Friedman, popularizou as formulações de Hayek, ressaltando a irreparável contradição entre Estado e mercado, afirmando a atuação do Estado, um arena política, de interesses minoritários, que por sua própria dinâmica coercitiva dissemina por toda a comunidade um comportamento que imobiliza os indivíduos para a competitividade e causa a dependência dos pobres e a tirania dos ricos e o mercado como espaço apolítico de escolhas livres e beneficiamento recíproco dos agentes em ação por contemplar os objetivos individuais sem qualquer representação danosa.

Assim, segundo os neoliberais, nas sociedades em que a coletividade ainda não aceitou a dinâmica da livre negociação e comércio entre os agentes sociais, a democracia representativa

⁶o termo neoliberalismo passou a denominar um conjunto teórico e prático de reformulação das relações sociais contemporâneas.

⁷ Estavam presentes na reunião historiadores como C. Wedgwood e Erich Eyck; filósofos e teólogos como Hans Barth, Karl Popper e Michael Polanyi; alguns jornalistas como Trygve Hoff, John Davenport, e Felix Morley e vários economistas como Hayek, Walter Eucken, , Lionel Robbins, John Jewkes, Carl Iverson, Ludwig Von Mises, Aaron Ditecor, Frank Graham, Maurice Allais, Milton Friedman e George Stigler (estes três últimos, futuros ganhadores do Prêmio Nobel de Economia)

⁸ James M Buchanan e Gordon Tullock são expoentes desta escola e alçam influências com a publicação de *The Calculus of Consent* de 1962.

é ainda mais prejudicial que em sociedades assentadas sobre o princípio da livre iniciativa, pois fica mais suscetível à pressão e ao controle de grupos através dos mecanismos políticos que levam ao fortalecimento de interesses parciais em detrimento da prevalência das regras de uma economia livre.

Em qualquer sociedade é impossível conquistar o consenso sobre todos os pontos de interesse comum na vida social, portanto, explica Hayek, "a democracia exige que as possibilidades de controle consciente se restrinjam aos campos em que existe verdadeiro acordo, e que, em certos campos, se confie no acaso: este é seu preço." (1987, p. 83)

Assim, a inexistência deste consenso faz da democracia, concebida como objetivo único social de um suposto governo de maioria, depositária de distorções graves como: a manipulação dos eleitores, corrupção, fortalecimento do poder político, constituição de um espaço de pressão dos que não atingiram o nível desejado no mercado.

Esta concepção de democracia enfatiza claramente o fortalecimento do mercado e o arrefecimento do Estado e conseqüentemente o fechamento de canais de participação. É neste ponto trazemos a contribuição dos autores já citados cuja crítica basilar é quanto à independência das relações políticas e no interior do Estado das relações econômicas constitutivas da sociedade capitalista.

Naves, apoiado em Lênin,⁹ insiste no obscurecimento do domínio burguês na democracia, justamente pela negação da relação entre as relações de produção e o Estado burguês, ao considerar apenas o âmbito legal da igualdade e liberdade, restringindo a luta pelo poder de Estado em luta pela forma de exercício do poder de Estado, negando o caráter classista da democracia ao universalizá-la.

Toledo atenta para o caráter de classe dos "aparelhos de hegemonia" nos quais há uma luta das classes pelo controle e utilização destes. Destaca que o poder autônomo da classe trabalhadora no Estado não é resultante da participação política apenas, mas é resultado de uma luta social ligada à dinâmica da produção com interpelações democráticas e populares, e não apenas centrada na ação político-eleitoral.

A legalização da luta de classes com a priorização do "consenso majoritário" e a desconsideração do papel da violência do Estado é destacada por Naves e Toledo.

Toledo e Naves, valorizam a democracia para a classe trabalhadora pelas possibilidades de organização e luta ideológica aberta, porém, destacam seu caráter mistificador no capitalismo pela ilusão do Estado neutro e condutor de consensos que legitima a ordem burguesa.

À luz deste debate impõe-se questionamentos quanto à atuação dos movimentos sociais neste contexto de hegemonia neoliberal, uma vez que esta se configurou na construção de espaços públicos, institucionalizados ou não, operando como reconhecimento da representação de interesses e permanente negociação, com vistas à ampliação dos direitos coletivos e de uma nova socializabilidade de cunho democrático, porém, o conjunto de proposições neoliberais, redefinem estes espaços por deslocar da esfera do público, estatal, coletivo, para o mercado o centro das relações sociais, desfigurando o "bem público". A democracia pode continuar a ser vista como um "valor universal"?

⁹ O texto a que nos referimos intitula-se Estado e Revolução (1987), em que Lênin debate as formações capitalistas e sua relação com o Estado e sua superação.